

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.769 - PI (2019/0164701-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CANTO DO BURITI**  
**ADVOGADOS : MAIRA CASTELO BRANCO LEITE - PI003276**  
**CAROLINA LAGO CASTELLO BRANCO - PI003405**  
**AGRAVADO : FRANCISCA BARBOSA MOURA**  
**AGRAVADO : ILDETE AMERICA BORGES**  
**AGRAVADO : LEIDAIANY DE SOUSA MIRANDA**  
**AGRAVADO : QUITERIA ENEDINA MACEDO DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : ROBERTO JORGE DE ALMEIDA PAULA - PI004803**  
**REGINALDO ALUISIO DE MOURA CHAVES JUNIOR - PI008244**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pelo Município de Canto do Buriti contra decisão que não admitiu recurso especial com amparo na ausência de violação do art. 1.022 do CPC/2015.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição ao acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 142):

PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. DECISÃO JUDICIAL QUE ANULOU O ATO EXONERATÓRIO. RESSARCIMENTO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O apelante suscita, preliminarmente, a ocorrência de prescrição quinquenal. Sustenta que as apeladas foram inicialmente nomeadas em 18 de agosto de 2004, mas esse ato não obedeceu a ordem de classificação dos aprovados no concurso público e, diante disso, foi anulado em maio de 2005, gerando a exoneração das candidatas respectivas. Afirmo que em março de 2008 as autoras foram novamente nomeadas e empossadas. Aduz que inexistiu decisão judicial reconhecendo a ilegalidade da exoneração nem determinando a reintegração das autoras. Pleiteia, assim, a improcedência do pedido de pagamento dos vencimentos atinentes ao período compreendido entre a exoneração e a nomeação.

2. A jurisprudência pátria entende que o prazo prescricional tem início a partir do trânsito em julgado da decisão que, reconhecendo a ilegalidade do ato da administração, anula o ato exoneratório. Assim, não houve prescrição.

3. Em manifestação judicial em Mandado de Segurança anterior decidiu-se que a municipalidade não demonstrou qualquer irregularidade ou ilegalidade no certame público. Firmou-se ainda que o decreto municipal revela-se manifestamente praticado com abuso de poder devendo, pois, ser tornado sem efeito. Tal entendimento foi confirmado em sede de apelação julgada por

# *Superior Tribunal de Justiça*

este Egrégio Tribunal de Justiça do Piauí. Instado a se manifestar, o município apelante não juntou cópia de procedimento administrativo ou decisão judicial ensejadora do afastamento de tais servidores. Assim, não foi colacionada qualquer prova apta a corroborar suas razões recursais.

4. Apelação desprovida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 185-191).

O insurgente alega violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que o acórdão combatido é omissivo, pois as recorridas foram nomeadas em razão de tutela antecipada, e, posteriormente, houve a revogação da liminar tornando sem validade os atos de nomeação, em razão disso, as recorridas foram exoneradas dos cargos. Desse modo, as autoras não fazem jus ao recebimento de vencimentos atinentes ao período de afastamento.

Ademais não houve manifestação sobre a ocorrência da prescrição sobre as verbas pleiteadas pelas recorridas referentes ao período anterior a 17/9/2007.

É o relatório.

Não merece prosperar a tese de afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o aresto impugnado fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Conforme se extrai do julgado recorrido (e-STJ, fls. 145-150):

Em suas razões recursais (fls. 89/97) o apelante suscita, preliminarmente, a ocorrência de prescrição quinquenal. Alega que a interrupção da prescrição ocorre com o despacho que ordenar a citação, nos termos do art. 202, I, do CC/02 e, no presente caso, esta se deu em 17 de setembro de 2012. Dessa forma, conclui que todas as verbas requeridas sejam anteriores ao período de 17 de setembro de 2007 sejam declaradas prescritas.

Ocorre que, ao contrário do alegado, a jurisprudência pátria entende que o prazo prescricional tem início a partir do trânsito em julgado da decisão que, reconhecendo a ilegalidade do ato d. administra,ção, anula o ato exoneratório.

[...]

Assim, considerando que o trânsito em julgado ocorreu em 3 de maio de 2010, nenhuma verba encontra-se prescrita.

[...]

Em consulta ao sistema e-TJPI, verifico que na sentença do Mandado de Segurança nº 0000231-78.2004.8.18.0044 decidiu-se que a municipalidade não demonstrou qualquer irregularidade ou ilegalidade no certame público. Firmou-se ainda que o decreto municipal revela-se manifestamente praticado com abuso de poder devendo, pois, ser tornado sem efeito. Tal entendimento foi confirmado em sede de apelação julgada por este Egrégio Tribunal de Justiça do Piauí.

Instado a se manifestar, o município apelante não juntou cópia de procedimento administrativo ou decisão judicial ensejadora do afastamento de tais servidores. Assim, não foi colacionada qualquer prova apta a corroborar suas razões recursais.

# Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, as servidoras públicas reintegradas ao cargo, em virtude da declaração judicial de nulidade do ato de demissão, tem direito aos vencimentos e às vantagens que lhe seriam pagas durante o período de afastamento.

[...]

Diante disso, não assiste razão ao apelante posto que cabe a ele o ônus da prova desconstitutiva do direito do apelado, o que não se deu no caso em análise.

Também houve manifestação sobre o tema no acórdão dos embargos de declaração (e-STJ, fl. 190):

Alega o embargante que as embargadas foram nomeadas, exoneradas e renomeadas por decisão judicial e que, portanto, não houve abusividade por parte do município. Afirmar que não houve ajuizamento de ação requerendo a ilegalidade exoneração com a sua consequente reintegração e que, na verdade, o mandado de segurança anteriormente ajuizado requereu a validade do concurso público e, em sede de antecipação de tutela, a nomeação dos impetrantes.

Por força do efeito devolutivo do apelo, são transferidas ao órgão ad quem as questões suscitadas pelas partes no processo, com o objetivo de serem reexaminadas (art. 1.013, §1º do CPC/2015). Assim, o tribunal somente pode conhecer das matérias efetivamente discutidas pelas partes na instância de origem.

Assim, o recorrente não apresentou no juízo de primeiro grau qualquer alegação de que estava cumprindo ordem judicial ao exonerar as servidoras, pelo que o magistrado deixou de analisar tal premissa. - grifos acrescidos

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte insurgente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão nem outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RESSARCIMENTO AO SUS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ÓRTESES E PRÓTESES. EXCLUSÃO CONTRATUAL. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS E DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

II. Na origem, trata-se de Embargos à Execução Fiscal, opostos pela parte ora agravada em desfavor da ANS, com o objetivo de obter o reconhecimento da prescrição do crédito, a ilegalidade da cobrança de valores decorrentes de contratos anteriores à Lei 9.656/98 e a cobrança pelos serviços de saúde prestados.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. O Tribunal de origem, à luz do contexto fático-probatório dos autos, concluiu que há expressa exclusão contratual de cobertura de aparelhos estéticos, protéticos, órteses e próteses de qualquer natureza. Nesse contexto, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa e do contrato firmado entre as partes, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pelas Súmulas 5 e 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.793.271/PR, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 28/5/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator